

Governo ignorou Tesouro em MP com R\$ 20 bi para bolsa no ensino médio

Órgão que gere contas teve um dia para analisar proposta; despacho diz que não houve tempo hábil

Ídiana Tomazelli

BRASÍLIA O Tesouro Nacional, órgão que faz a gestão das contas públicas federais, foi ignorado na elaboração da MP (medida provisória) que autorizou um aporte de até R\$ 20 bilhões em um fundo privado para bancar a bolsa de incentivo à permanência de alunos no ensino médio.

Documento obtido pela Folha por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação) mostra que a consulta sobre o conteúdo da política foi enviada para análise dos técnicos em 27 de novembro de 2023, mesmo dia da assinatura da MP.

Em despacho, a secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, afirma que "não houve tempo hábil para a manifestação" do órgão.

O ofício com a resposta foi emitido em 1º de dezembro, com o texto em vigor. A MP foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Camilo Santana (Educação).

A SRF (Secretaria de Orçamento Federal), ligada ao Ministério do Planejamento, nem sequer foi procurada.

Em resposta à Folha, também por meio da LAI, o órgão afirmou que a medida não tramitou na secretaria, motivo pelo qual não foi produzida documentação por essa área técnica para subsidiar a formulação da referida MP.

Os registros evidenciam a ausência de parecer técnico dos órgãos responsáveis pelas despesas públicas a uma medida que permite um gasto novo de até R\$ 20 bilhões —o dobro do que foi destinado ao Minha Casa, Minha Vi-

Tesouro teve um dia para analisar MP



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Assessoria Econômica e de Assuntos Legislativos

DESPACHO

Processo nº 19995.10865/2023-01

A Secretária Executiva do Ministério da Fazenda,

Em atendimento ao Despacho SE/ASSE/GAB (SE nº 38723639), de 27 de novembro de 2023, que demandou desta SRF análise e manifestação, em caráter de urgência, da EM/69/2023/MEC/MP/MMI (SE nº 38721502), restrinjam o presente processo, tendo em vista que a medida prevê o aporte de R\$ 20 bilhões em novembro de 2023 foi assinada no mesmo dia da consulta e, portanto, não houve tempo hábil para a manifestação desta Secretaria do Tesouro Nacional.

Brasília, 01 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

VIVIANE APARECIDA DA SILVA VARGA

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

da em 2023 (R\$ 9,3 bilhões).

A política foi considerada positiva por especialistas, para quem é importante atacar a evasão escolar mais pronunciada entre adolescentes no ensino médio, mas gera preocupações fiscais.

A primeira versão da MP permitia a integralização dos valores no fundo com recursos do Orçamento, ações de empresas estatais federais ou empresas nas quais a União tivesse participação minoritária.

A proposta gerou ruído dentro do governo e do mercado, pois poderia abrir brechas para despesas fora do Orçamento e para erosão das regras fiscais. Após negociações com o

Congresso, houve acordo para eliminar a possibilidade de uso das ações de estatais.

Uma segunda preocupação surgiu com a articulação bem-sucedida do governo para permitir um primeiro aporte fora do limite de gastos vigente em 2023. O Legislativo deu aval à despesa extra de até R\$ 6 bilhões, que, num contexto de déficit fiscal, significa aumento da dívida pública.

Com o aval dos congressistas, o repasse foi efetivado após portaria da Fazenda de 27 de dezembro de 2023. A operação foi vista como uma espécie de contabilidade criativa, pois propiciou a antecipação de gastos referentes a 2024, reduzindo a pressão so-

bre o Orçamento deste ano.

Na época da negociação, membros do governo reconheceram a conveniência de usar o espaço na meta fiscal de 2023 para antecipar um gasto que, mantido em 2024, colocaria pressão sobre o objetivo de reequilíbrio fiscal de Haddad.

Em geral, medidas que resultem em aumento de gastos passam pela análise do Tesouro ou da SRF para que as áreas elaborem subsídios técnicos sobre os impactos da política nas despesas federais, no endividamento público e na gestão fiscal como um todo.

Algo semelhante ocorre na elaboração de medidas que resultem em redução fiscal, que

precisam passar pela avaliação da Receita Federal, órgão responsável pela arrecadação.

Por isso, a falta de uma análise mais aprofundada da medida do ensino médio pelo Tesouro e pela SRF é vista nos bastidores como problemática e vai na contramão de bandeiras que o próprio governo tem defendido.

O Ministério do Planejamento, sob o comando de Simone Tebet, deseja implementar uma lógica de médio prazo ao Orçamento Federal, evidenciando os efeitos futuros das decisões tomadas hoje.

No caso do fundo para bancar as bolsas do ensino médio, estão previstos para 2023 e 2024 novos aportes de cerca de R\$ 7 bilhões em cada ano.

O repasse deve ocupar espaço no Orçamento e no limite do novo arcabouço fiscal. Mesmo assim, a política não passou pelo crivo das áreas que precisam lidar com as consequências dessa decisão.

Na resposta fornecida via LAI, o Planejamento ressaltou que a própria LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023 exige que os atos que criam ou ampliam despesas obrigatórias de caráter continuado sejam encaminhados previamente a órgãos de governo para manifestação sobre a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira.

Como a lei foi aprovada em 2023, ainda sob a configuração do governo Jair Bolsonaro (PL), o órgão responsável foi o Ministério da Economia. Técnicos entendem que, sob a nova organização da Esplanada, a análise caberia à Fazenda e ao Planejamento, mas especificamente, ao Tesouro e à SRF.

O Planejamento, porém, nem sequer assinou a MP, embora Tebet tenha colocado a bolsa para o ensino médio como uma de suas bandeiras durante a campanha presidencial e, posteriormente, ao negociar apoio à chapa de Lula.

Na Fazenda, outras três áreas deram parecer técnico à MP: PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), órgão jurídico da pasta, SPE (Secretaria de Política Econômica) e SRE (Secretaria de Reformas Econômicas).

Em parecer elaborado em um espaço de quatro horas, a SPE deu manifestação favorável quanto ao mérito da proposta, mas sugeriu consultar o Tesouro e a SRF quanto à análise do impacto financeiro e orçamentário da medida.

A PGFN registrou em seu parecer que "o prazo concedido para análise jurídica, de apenas um dia, prejudicou o entendimento de que a MP 'não somente' autorizaria o aporte de até R\$ 20 bilhões, mas a decisão de executá-lo ocorreria em um segundo momento, sendo 'ausente o aumento de despesa nesta etapa de criação do programa'".

A SRE deu parecer favorável, mas pediu ajustes na redação para prever que "a regulamentação dos valores, formas de pagamento e critérios de operacionalização e utilização da poupança será editada por ato conjunto dos ministros da Educação e da Fazenda".

Como mostrou a Folha, a fragmentação das decisões fiscais tem sido apontada por especialistas como um desafio relevante para o governo nos próximos meses.

O mesmo governo que busca reequilibrar as contas anuncia um programa de bolsas para alunos do ensino médio com um primeiro aporte fora do limite de gastos, acelerando concessões de benefícios previdenciários e concede um incentivo tributário para empresas adquirirem novos máquinas e equipamentos.

BC tem primeiro ano sem fazer leilões extras de dólar desde o início do câmbio flutuante, em 1999

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Banco Central atravessou 2023 sem ter realizado leilões extras de dólar em meio a um cenário de baixa volatilidade do real e de forte fluxo comercial. Isso foi a menor intervenção da autoridade monetária desde a adoção do regime de câmbio flutuante no país, em 1999.

A informação foi publicada pelo Valor e confirmada pela Folha. No ano passado, o BC não fez leilões extraordinários de contratos de swap cambial e conduziu apenas as operações integrais já previstas no cronograma ao longo dos meses.

Em uma operação chamada de "swap" (troca, em inglês), o BC opera com contratos financeiros. Nela, há simultaneamente a troca de taxas ou rentabilidade de ativos.

O objetivo é prover proteção contra variações excessivas do dólar em relação ao real (hedge cambial) e liquidar ao mercado doméstico.

A compra de contrato de swap pelo BC funciona como injeção de dólares no mercado futuro e quem compra está protegido em caso de desvalorização do real.

É um instrumento usado para evitar disfunção no mercado de câmbio, assegurando que haja oferta para atender a um aumento de procura pela moeda estrangeira.

Em 2023, o BC também não efetuou compra ou venda de dólares no mercado à vista.

Nessa modalidade, a autoridade monetária vende reservas internacionais, sem compromisso de recompra, e o recheio é injetado no mercado.

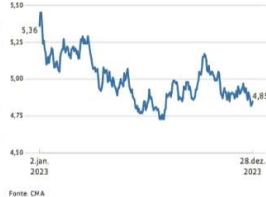


Sede do BC, em Brasília, em 2023, o BC não realizou contratos

Adriana Haddad - 12. mai.23/Reuters

Dólar em 2023

Fechamento diário, em R\$



Fonte: CMA

BC não viu necessidade de fazer novos leilões ao longo de 2023 por causa do comportamento "um pouco mais benigno" do câmbio no ano. A cotação do dólar caiu de R\$ 5,44 para R\$ 4,84 em 2023.

Ela resultou em cenário mais positivo da economia brasileira no término do ano, com recuo da inflação, ciclo de queda de juros e elevação da nota de crédito soberano do Brasil por agências de classificação de risco, o que colabora para um câmbio mais comportado.

Para Carlos Kawall, sócio-fundador da Ortiz Partner e ex-secretário do Tesouro Nacional, a menor intervenção do BC é explicada principalmente pelo forte fluxo comercial de câmbio no mercado à vista, impulsionado pelo superávit recorde da balança comercial de quase US\$ 200 bilhões.

O economista ressaltou que o país passa por mudanças estruturais, tendo o superávit comercial sido puxado pelo forte aumento dos volumes exportados de commodities agrícolas, minérios e petróleo.

"Ficamos menos dependentes dos fluxos financeiros. O déficit em contas correntes caiu de uma média de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) nos últimos dez anos para cerca de 1,5% do PIB".

De acordo com Reinaldo Le Grazie, sócio da Panamby Capital e ex-diretor do BC, o fluxo "muito positivo" de 2023 talvez tenha contrabalançado um movimento que vinha das ações anteriores e pesava na volatilidade do câmbio, como a desalavancagem —redução da dívida pública— de grandes empresas, como a Vale.

Ele cita também como contraponto para "acalmar" o fim do overhedge cambial, que é uma proteção excessiva dos bancos em moeda estrangeira no exterior.

"Foi o suficiente para manter o mercado irrigado sem necessidade de o BC comprar dólar. Sempre que tem menos intervenção é bom para economia, principalmente para quem tem cabeça mais liberal", afirma ele.

Para 2024, os economistas consideram que a volatilidade do câmbio no Brasil dependerá da condução da política de juros do Fed (Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos) e de riscos geopolíticos no cenário global.

No ambiente doméstico, a trajetória das contas públicas é a principal preocupação dos economistas. Há ceticismo com a viabilidade da meta de déficit zero neste ano, como defendida pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

"O risco é a nossa situação fiscal, que se fragilizou com o déficit e a dívida pública em alta", diz Kawall.

Quartanil acrescenta que o país deve ter menor arrecadação de receitas neste ano com a projeção de crescimento menor do PIB. "Se a gente continuar aumentando o gasto e a conta fiscal não fechar, isso tende a ser um risco", afirma.

Sobre a atuação do BC, para o cenário à frente, Le Grazie diz que é difícil descartar futuras interferências no caso de países emergentes, como o Brasil, que ficam mais sujeitos a variações cambiais.

"No preito [mercado à vista] e em swap, não vejo mudança de atuação, de estratégia. Acho que houve uma mudança de comportamento em 2023 em função das condições de mercado. É difícil imaginar que a gente, daqui em diante, nunca mais vai ter de fazer intervenção", diz.

"Já no [leilão] de linha, ficou evidente que o mercado se ajusta e não precisa da participação do BC", afirma.